

Saúde em crise

14 OUT 1996

CORREIO BRAZILIENSE

Os números são aterradores: nada menos que 52% das clínicas particulares de hemodiálise no Brasil não fazem o controle da água usada nos seus equipamentos. A constatação é do próprio Ministério da Saúde, que acaba de promover auditoria nas 440 clínicas especializadas existentes no país.

As irregularidades não se esgotam aí. Há muitas outras, de igual gravidade. Por exemplo: 73% dessas clínicas usam o mesmo filtro da máquina de hemodiálise por mais de dez vezes; 30%, por mais de vinte vezes. O número máximo permitido é de seis vezes — e agora, somente agora, está estabelecido em portaria.

Nesses termos, é mais mais fácil compreender o ambiente em que se construiu o massacre da clínica de hemodiálise de Caruaru, onde morreram, do início do ano até agora, 61 pacientes de hemodiálise. O mais grave é que tudo isso acontece com verbas do Tesouro patrocinando o processo.

A partir do advento do Sistema Único de Saúde, a rede privada hospitalar passou a beneficiar-se de repasses expressivos de verbas públicas. O objetivo, louvável, era o de ampliar o universo de alternativas para os usuários sem recursos, elevando o padrão de atendimento. Não funcionou.

O resultado concreto é que o padrão geral de atendimento piorou. A estrutura da rede pública, tendo que repartir verbas com a rede privada, decaiu e a saúde, no

país, que jamais chegou a ser exemplar, tornou-se área de alto risco. Mais de 70% dos recursos públicos da área de saúde têm hoje como destino a rede privada. E é exatamente nela que se encontram absurdos como os constatados nas clínicas de hemodiálise pela auditoria do Ministério da Saúde.

Há dias, o presidente da República cobrou publicamente de seu ministro da Saúde, Adib Jatene, propostas de reforma que mudem o panorama do setor. E disse que não basta criar impostos, aumentar a carga do contribuinte. Se a estrutura não mudar, em pouco tempo haverá necessidade de novo aporte de recursos, que exigirá novos tributos, para remendar um tecido já esgarçado.

Há duas evidências fundamentais na auditoria do Ministério da Saúde. A primeira é conjuntural: há corrupção no sistema e é preciso bani-la, punindo exemplarmente os responsáveis. A segunda: o SUS precisa ser repensado em seus fundamentos. Se há nele aspectos positivos, que sejam preservados, mas dentro de estrutura diferente.

A saúde pública é um dos setores em que o Estado não pode se omitir ou transferir responsabilidades. Há espaços para parcerias — e esse é o fundamento que inspirou o SUS —, mas é preciso cercar-se de garantias mais eficazes, que preservem o dinheiro do contribuinte e garantam atendimento digno ao público. Não é definitivamente o que acontece.